

1 **MINUTA DA ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO ANO DE 2022 DO COMITÊ**
2 **DA BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES MINEIROS DOS RIOS MOGI-GUAÇU**
3 **E PARDO (GD6), REALIZADA NO DIA 06 DE JULHO DE 2022 POR**
4 **VIDEOCONFERÊNCIA.**

5 Aos seis dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e dois, às oito horas, deu-se
6 início a 3ª Reunião Extraordinária do ano de 2022 do Comitê da Bacia Hidrográfica dos
7 Afluentes Mineiros dos Rios Mogi-Guaçu e Pardo (CBH Mogi-Pardo GD6), realizada de
8 forma não presencial, pela plataforma Teams, com os seguintes itens de pauta: **Item I -**
9 **Primeira chamada de quórum; Item II - Segunda chamada de quórum; Item III - Abertura**
10 **da sessão pelo Presidente do Comitê, execução do Hino Nacional, verificação de quórum**
11 **e leitura das justificativas de ausência; Item IV - Aprovação das outorgas solicitadas**
12 **pela ALCOA conforme parecer da CTOC:**

13 **tem V - Aprovação da cobrança pelo uso dos recursos hídricos conforme parecer da**
14 **CTOC; Item VI – Assuntos Gerais e Item VII – Encerramento. Membros presentes: Na**
15 **reunião estiveram presentes 32 (trinta e dois) membros, representando 29 (vinte e nove)**
16 **Instituições, sendo os seguintes membros da Diretoria: o Presidente Rogério Araújo**
17 **Dias (Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento - ASSEMAE),**
18 **a secretária Rafaela Macedo Soares (Prefeitura Municipal de Guaxupé) e os**
19 **seguintes Conselheiros: Rodrigo Paiva de Castro (Corpo de Bombeiros Militar de**
20 **Minas Gerais - CBMMG), Alexandre César Nunes Teixeira (Polícia Militar do Estado**
21 **de Minas Gerais - PMMG), Eduardo de Araújo Rodrigues (Instituto Mineiro de**
22 **Gestão das Águas - IGAM), Aparecido Venâncio Martins (Secretaria de Estado de**
23 **Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SEAPA), Acássio José Paese (Polícia Civil**
24 **de Minas Gerais), Ronaldo Carvalho de Figueiredo (Instituto Estadual de Florestas**
25 **- IEF), Juvenal Nogueira Marques (Secretaria do Estado de Meio Ambiente e**
26 **Desenvolvimento Sustentável - SEMAD), Luiz Carlos Ribeiro Esteves (Secretaria**
27 **de Estado da Saúde - SES), representantes do PODER PÚBLICO ESTADUAL; José**
28 **Acácio de Vilas Boas (Prefeitura Municipal de Ipuiúna), Samira Fróes de Paula**
29 **(Prefeitura Municipal de Bueno Brandão), Giovanna Ferreira Nascimento**
30 **(Prefeitura Municipal de Caldas), Joelmar Lucas Andrade (Prefeitura Municipal de**
31 **Poços de Caldas), Pedro Lopes Lucas de Amorim (Prefeitura Municipal de**
32 **Andradas), Paulo Roberto Pinheiro (Prefeitura Municipal de Guaxupé), Camilla**
33 **Batista de Oliveira (Prefeitura Municipal de Muzambinho), representantes do PODER**
34 **PÚBLICO MUNICIPAL; Egonn Hendrigo Carvalho Silva (Companhia de**
35 **Saneamento de Minas Gerais - COPASA), Renato Nogueira Pizol (Alcoa Alumínio**
36 **S.A.), Donizeti Alves de Lima (Alcoa Alumínio S.A.), Ivo Aparecido Paparotte**
37 **(Indústria e Cerâmica Andradense S.A. - ICASA), Cláudia de Souza (DME**
38 **Energética S.A.), Deivid Lucas de Oliveira (Federação das Indústrias do Estado de**
39 **Minas Gerais - FIEMG), Laene Fonseca Vilas Boas (Federação das Indústrias do**
40 **Estado de Minas Gerais - FIEMG), Luís Cláudio Marques (Departamento Municipal**
41 **de Água e Esgoto de Poços de Caldas - DMAE Poços de Caldas), Luiz Renato Musa**
42 **Machado (Associação dos Mineradores do Planalto de Poços de Caldas –**
43 **ASMIPC), representantes dos USUÁRIOS; Antônio Carlos Sales (Associação dos**
44 **Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos de Andradas - ASSEA), José Edilberto da**
45 **Silva Resende (Associação Poços Sustentável - APS), Josina Aparecida de**
46 **Carvalho (Agência Regional de Proteção Ambiental da Bacia do Rio Grande –**
47 **ARPA Rio Grande), Irinéia Ardissom da Silveira Souza (ONG Planeta Solidário),**
48 **Maria Teresa Mariano (Sociedade Mineira de Cultura - Pontifícia Universidade**

49 **Católica de Minas Gerais - PUC/MG Campus Poços de Caldas), Ângela Maria**
50 **Martins Marques dos Santos (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de**
51 **Minas Gerais - CREA MG) e, representantes da SOCIEDADE CIVIL. Também**
52 **estiveram presentes os seguintes convidados: Vinicius Souza Pinto (SUPRAM SM),**
53 **Wagner Antunes de Oliveira (GECON/IGAM), Camila Cândido Zanon**
54 **(GECON/IGAM), Robson Rodrigues dos Santos (GECBH/IGAM), Maria de Lourdes**
55 **Amaral Nascimento (GECBH/IGAM), Fabiana Monteiro de Moura Fernandes**
56 **Campos (GECBH/IGAM). Item I - Primeira chamada de quórum; o Presidente Rogério**
57 **fez a primeira chamada de quórum, registrando 16 participantes. Após 10 minutos,**
58 **passou para o Item II - Segunda chamada de quórum; o Presidente Rogério fez a**
59 **segunda chamada de quórum, registrando 26 participantes. Sendo assim, passou-se**
60 **para o Item III - Abertura da sessão pelo Presidente do Comitê, execução do Hino**
61 **Nacional, verificação de quórum e leitura das justificativas de ausência,**
62 **considerando a previsão do Art. 14 - A instituição membro titular e sua respectiva suplente**
63 **que não comparecerem a 03 (três) reuniões consecutivas ou 06 (seis) alternadas,**
64 **receberão comunicado da instauração de processo de desligamento, emitido pela**
65 **diretoria do Comitê, podendo apresentar manifestação no prazo de 15 (quinze) dias,**
66 **contados a partir do recebimento do comunicado. Neste caso as ausências deveriam ser**
67 **supridas pelos suplentes, portanto sem efeito as justificativas.**
68 **A reunião foi aberta pelo presidente Rogério, que agradeceu a presença de todos e**
69 **desejou uma boa reunião. Solicitou a execução do Hino Nacional e leitura das**
70 **justificativas de ausência; Item IV - Aprovação das outorgas solicitadas pela ALCOA**
71 **conforme parecer da CTOC; O presidente Rogério iniciou a pauta com a apresentação**
72 **dos pedidos de outorga da empresa ALCOA, que já haviam sido analisados pela CTOC.**
73 **Foi passada a palavra para o representante da ALCOA, o conselheiro Donizeti Lima, que**
74 **apresentou as intervenções realizadas, assim como a justificativa da necessidade da**
75 **obra e sua execução de forma emergencial. O responsável técnico da SUPRAM SM,**
76 **Vinicius, tomou a palavra e apresentou o parecer emitido pelo Estado favorável às duas**
77 **outorgas. O conselheiro Paulo Pinheiro, coordenador da CTOC, usou a palavra e**
78 **apresentou o parecer da CTOC que também foi favorável à intervenção. A conselheira**
79 **Ângela pediu a palavra e questionou o técnico Vinicius, enquanto técnico do estado, se**
80 **ele é vinculado à URGA ou se a outorga teria voltado para a SUPRAM e o técnico Vinicius**
81 **explicou que o processo foi vinculado a um processo de licenciamento e, por isso, foi**
82 **analisado pela SUPRAM e não pela URGA. A conselheira Ângela ainda perguntou qual**
83 **é a deliberação que determina essa vinculação e análise pela SUPRAM nesses casos e**
84 **o técnico Vinicius informou não ter o número no momento, mas se disponibilizou a**
85 **verificar tal informação e repassar ao comitê. Neste caso a Deliberação deve ser citada**
86 **na ata, considerando a necessidade de fundamentar tal rotina. O conselheiro Pedro**
87 **questionou se houve alguma compensação ambiental pela canalização e desvio ou se**
88 **foi considerado que não era necessária. E o técnico Vinicius informou que não tem**
89 **nenhuma informação de compensação por canalização e desvio e que compensação e**
90 **seria apenas por intervenção em APP. O conselheiro Eduardo pediu a palavra e informou**
91 **a conselheira Ângela que, quando os processos voltaram para o IGAM, isso foi feito**
92 **parcialmente e que desde a alteração da legislação o IGAM só analisa processos que**
93 **não se vinculam a licenciamento ambiental. A conselheira Ângela então questionou se o**
94 **IGAM não analisou porque teria que passar pelo comitê, que é vinculado ao IGAM, e o**
95 **conselheiro Eduardo informou que isso foi colocado em normativa. O conselheiro**

96 Donizeti tomou a palavra e informou que, em auditoria independente, a barragem
97 apresentou estabilidade. O conselheiro Edilberto questionou se a mancha foi alterada
98 em face das alterações e o representante da ALCOA informou que não teve alteração
99 na mancha. O conselheiro Edilberto informou que tinha um comentário no chat do
100 YouTube, onde o internauta André Bettoni informou é vinculada quando o
101 empreendimento ou atividade forem sujeitos a Licenciamento Ambiental Concomitante –
102 LAC ou Licenciamento Ambiental Trifásico – LAT, informação está reforçada pelo técnico
103 da SUPRAM presente em reunião. Vinicius informou que houve intervenção em 1,94 ha
104 e compensação foi de 2,86 ha. Foi iniciada a votação das duas outorgas, onde o
105 presidente Rogério solicitou que cada integrante desse seu voto para as duas outorgas
106 de uma única vez. As outorgas foram aprovadas pela maioria, com apenas uma
107 abstenção por parte da COPASA que justificou a abstenção por estar fora da área de
108 concessão da companhia. Passou-se, portanto, para o **Item V - Aprovação da cobrança**
109 **pelo uso dos recursos hídricos conforme parecer da CTOC**; O presidente Rogério
110 iniciou a pauta com a apresentação do parecer da CTOC. O conselheiro Paulo Pinheiro,
111 coordenador da CTOC, falou sobre as três propostas enviadas para a Plenária analisar
112 e decidir (FIEMG, COPASA e Sociedade Civil) e explicou que as propostas da FIEMG e
113 da COPASA foram favoráveis à DN68 enquanto que a proposta da Sociedade Civil
114 apresentou um adendo para rebaixamento de lençol freático, que é uma das
115 especificidades da bacia do GD6, alterando-se alguns valores na tabela de preços. E por
116 este motivo, esta proposta foi a mais votada na CTOC. A conselheira Camilla pediu a
117 palavra e questionou como seria feita a cobrança no município de Muzambinho, sendo
118 que o mesmo pertence à duas bacias diferentes e o convidado Wagner do IGAM
119 informou que a cobrança segue a bacia através do ponto de captação e/ou lançamento.
120 O Presidente Rogério questionou se o parecer da CTOC não deveria ter trazido apenas
121 a proposta escolhida já para votação, mas o conselheiro Deivid não concordou, disse
122 que a CTOC é consultiva e enviou as três propostas para a plenária analisar e decidir
123 qual escolheria através da votação. A conselheira Maria Teresa pediu a palavra e
124 informou que a única proposta diferente foi a da Sociedade Civil, e que, para não atrasar
125 mais o processo, poderia sim ser feita a votação. A conselheira Irinéia lembrou que a
126 CTOC aprovou a minuta feita pela Sociedade Civil com as alterações nos valores
127 conforme as especificidades da bacia. O convidado Wagner disse ter feito uma
128 estimativa sobre os valores enviados pela Sociedade Civil e que poderia apresentar para
129 a plenária, porém ele esclareceu que, se a plenária optar pela proposta da Sociedade
130 Civil, com esta diferenciação nos valores, terá que passar pela análise do CERH e que
131 provavelmente, será negado, prevalecendo os valores da DN 68 e que este processo
132 poderia atrasar ainda mais o início da arrecadação da cobrança para o Comitê. O
133 coordenador da CTOC, Paulo Pinheiro, perguntou se seria a menos ou a mais as
134 diferenças apontadas nesta estimativa e o convidado Wagner respondeu que existe as
135 duas posições. A conselheira Ângela pediu a palavra e disse que essa apresentação
136 deveria ser realizada na CTOC e não na plenária, pois é a CTOC que deve ser
137 responsável pelo tema. O presidente Rogério se posicionou a favor da CTOC receber
138 essa apresentação e fazer um novo encaminhamento para a plenária. O conselheiro
139 Eduardo pediu a palavra e recordou que o IGAM deve apresentar as restrições existentes
140 e informou que não vê diferença entre a apresentação ser para a plenária ou para a
141 Câmara Técnica. Ele ainda reiterou que a Câmara é consultiva e não deliberativa e, deve
142 apenas, indicar sua posição, sendo a deliberação realizada em plenária. Ainda informou
143 que tudo que for apresentado deve estar pautado. O conselheiro Antônio Carlos pediu a

144 palavra e opinou que a proposta deve ser votada hoje e que o parecer do IGAM deve ser
145 feito quando o comitê enviar a aprovação ao IGAM. A conselheira Maria Teresa reiterou
146 a fala dele solicitando a votação nesta reunião, indicando que as alterações entre a
147 proposta e a DN são as especificidades locais. O convidado Wagner informou que
148 apenas faz a análise se o aprovado pelo comitê está ou não cumprindo o mínimo exigido
149 pela legislação e que, no caso de não atendimento, o processo será devolvido ao comitê
150 para adequação. O presidente Rogério pediu as correções feitas pelo IGAM. O
151 conselheiro Edilberto pediu a palavra e lembrou que em 26/04/2022 a CTOC pediu
152 contribuições a todos os conselheiros, sendo que apenas a FIEMG, a COPASA e a
153 Sociedade Civil enviaram suas propostas e que, neste momento, ele entenderia que já
154 deve ir para votação da proposta e encaminhado via CTOC e que não mais deve ser
155 adiado esse pleito. Diante do impasse, o convidado Robson do IGAM esclareceu que foi
156 solicitado ao IGAM o apoio no tema durante a reunião e reiterou a fala do conselheiro
157 Eduardo de que a Câmara Técnica é consultiva e a Plenária é deliberativa e que, no caso
158 das divergências, a proposta feita pela Sociedade Civil pode ser enviada ao IGAM para
159 análise, se colocando à disposição. O presidente Rogério informou que não foi informado
160 sobre a análise técnica do IGAM nesta reunião e que gostaria de ter recebido essa
161 informação, porém a auxiliar administrativo disse ter feito o convite à todos ~~os convidados~~
162 do IGAM (GECON e GECBH) para prestarem apoio e esclarecimentos sobre os temas
163 pautados, conforme feito em todas as reuniões. A conselheira Maria Teresa suscitou
164 uma questão de ordem e se posicionou a favor da votação nessa reunião, novamente.
165 O conselheiro Paulo Pinheiro, coordenador da CTOC, também suscitou sobre a questão
166 de e disse que não há inconsistência no parecer da CTOC e que há três propostas,
167 porém duas são iguais. O conselheiro Deivid tomou a palavra e disse estar preocupado
168 pelas discussões e que entende que o IGAM está participando como suporte nesta
169 reunião. E esclareceu que, em sua análise, na proposta da Sociedade Civil existem
170 pontos que a FIEMG não concorda, como a inclusão de números de funcionários, pois
171 na outorga não teria acesso à essa informação. Ainda sugeriu que deveriam ser votadas
172 as três propostas pois as três foram encaminhadas para votação, sendo definidas como:
173 Proposta 1 – de acordo com DN 68 (contribuições da COPASA e FIEMG) e Proposta 2
174 – Sociedade Civil. O conselheiro Eduardo pediu a palavra antes da votação e colocou
175 que, após aprovação, o IGAM fará um parecer e encaminhará ao CERH para análise
176 final e que, o mesmo verificará as alterações e no caso de não conseguir aplicar algum
177 item, a proposta voltará para o Comitê. Neste o Parecer deveria ter sido enviado após
178 encaminhamento para aprovação desta ata, fato que não aconteceu. O conselheiro
179 Juvenal tomou a palavra e informou que a CTOC não foi informada que teria itens que
180 não poderia alterar e que deveria colocar as duas propostas em votação ainda nessa
181 reunião. Sendo assim, todos concordaram e foi iniciada a votação. O resultado foram 11
182 votos favoráveis à Proposta 1, 9 votos favoráveis à Proposta 2 e 1 voto contra as 2
183 propostas (Prefeitura de Andradas). Neste caso sem justificativa. A ASSEMAE se
184 absteve na votação e justificou que não concorda com pontos da cobrança, uma vez que,
185 o seu ver, o setor de saneamento será o mais prejudicado pelo montante que será
186 cobrado, tendo que repassar os valores à sociedade. Ainda pontuou que o direito ao
187 saneamento é constitucional e não concordou com o Relatório do Plano de Trabalho
188 apresentado e que o mesmo preceito usado para a agricultura deveria ser usado aos
189 prestadores de serviço de abastecimento. Ao final da votação, o conselheiro Eduardo
190 pediu a palavra e lamentou o fato de a conselheira Ângela não ter podido apresentar a
191 proposta da Sociedade Civil nesta reunião, pois haviam pontos relevantes na mesma, e

192 parabenizou o Comitê e a conselheira pela luta e serviços prestados à sociedade. O
193 conselheiro José Edilberto pediu a palavra e disse que estava na esperança do GD6 se
194 posicionar diferente dos demais comitês, pelo diferencial do Comitê GD6, e que se
195 preocupa com o uso da água de rebaixamento de lençol freático como ocorre na região,
196 especialmente em Poços de Caldas e colocou que em uma possível revisão, isto deveria
197 sim ser considerado. Ainda, citou a falta que a conselheira Ângela fará ao Comitê e a
198 importância de suas considerações diante de sua manifestação que esta seria sua
199 participação no CBH. A conselheira Irinéia pediu a palavra e disse que fica preocupada
200 com o futuro de Poços devido às peculiaridades locais. O conselheiro Antônio Carlos
201 pediu a palavra e informou que irá sair do Comitê e da coordenação da CTPD, uma vez
202 que lamenta a forma como foi conduzida a problemática. Nada mais havendo a tratar, a
203 3ª Reunião Extraordinária do ano de 2022 do CBH Mogi/Pardo (GD6) foi encerrada às
204 10h51min.
205

MANUTENÇÃO